

PERCURSOS EDUCATIVOS E AÇÕES DO MST: A EJA DO CAMPO NO ASSENTAMENTO BERNARDO MARIN II, RUSSAS/CEARÁ

Nara Lucia Gomes Lima – UFC
nara13gomes@hotmail.com

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP
Eixo 10: Educação de Jovens e Adultos (políticas públicas, organização do trabalho pedagógico, práticas educativas)

Resumo: Os baixos índices de escolarização da população jovem e adulta que vive no campo tem sido uma preocupação constante por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, estando presente a reivindicação de escolas e de cursos de alfabetização de adultos no interior dos assentamentos rurais. Em Russas, Ceará, os programas destinados à educação de jovens e adultos assentados, ocorrem através de importantes parcerias entre o MST, PRONERA, INCRA, Secretaria de Educação e a Universidade Estadual do Ceará. O presente trabalho objetiva expor resultados parciais de um estudo preliminar da Educação de Jovens e Adultos no assentamento Bernardo Marin II/Russas/CE, destacando as ações do MST para a efetivação dos projetos de escolarização. A metodologia de caráter qualitativo foi desenvolvida a partir de entrevistas e conversas informais com assentados e militantes do MST, além dos alunos e professores da escola de EJA deste assentamento. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica para compreender os programas destinados a EJA em áreas assentadas. Os resultados parciais revelaram que antes da construção da escola de EJA deste assentamento, a população jovem migrava para a cidade na busca de concluir os estudos. A situação da população adulta era mais complicada, uma vez que, tratava-se de trabalhadores rurais responsáveis pelo sustento da família, e se encontravam em situação de analfabetismo. Em 2007, após reivindicação do MST, três projetos de escolarização foram efetivados. O número de pessoas adultas que estavam em situação de analfabetismo diminuiu, e os jovens que estavam fora da escola, retornaram para concluir os estudos. Os resultados parciais da pesquisa mostram que a EJA tem possibilitado aos sujeitos assentados não apenas oportunidade de se alfabetizarem, mas de continuarem com o processo de escolarização. Nesse sentido, constatou-se que os projetos de escolarização têm proporcionado aos assentados maior conscientização política e participação no MST.

Palavras chaves: EJA do campo; reforma agrária; MST

Introdução

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos do campo surgiu a partir da luta dos movimentos sociais, em especial os do campo, por uma educação diferenciada que pudesse atender as necessidades da população que não só vive no mais do campo. Ela também está associada a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra, e por melhores condições de vida no campo. Contudo, nos últimos anos a educação no campo tem enfrentado grandes desafios,

sendo o analfabetismo e a falta de escolas em áreas de assentamentos rurais, um dos mais preocupantes.

Assim, o presente trabalho objetiva expor resultados parciais de um estudo preliminar da Educação de Jovens e Adultos no assentamento rural Bernardo Marim II, localizado na cidade de Russas/Ceará, destacando as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a efetivação dos Projetos de Escolarização I e II Segmentos.

Desse modo, tenho como propósito básico problematizar aspectos relativos à educação de jovens e adultos assentados a partir dos Projetos de Escolarização que funcionam no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em parcerias com o MST, Universidades, Secretarias de Educação e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Na busca de compreender a dinâmica da EJA em áreas assentadas, pergunto-me: Qual a contribuição dos projetos de escolarização para o assentamento? Quais os desafios encontrados? A educação que acontece com jovens e adultos assentados têm se relacionado com os aspectos de suas vidas?

Tais indagações aguçaram-me o pensamento e, como estudante, gostaria de refletir acerca das ações do MST no interior do Estado do Ceará. Ao fazer uma revisão bibliográfica sobre as temáticas abordadas, pude perceber que existe e persiste a demanda de produção de conhecimento na área investigada. Pois, segundo Arroyo (2009), apenas 2% das pesquisas produzidas no Brasil diz respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam da educação escolar no meio rural.

Como ainda são poucos os estudos e registros das ações do MST nas escolas de EJA que funcionam no interior dos assentamentos rurais oriundos da reforma agrária, especialmente os do Estado do Ceará, essa pesquisa tem a finalidade de contribuir para aumentar a soma de saberes disponíveis sobre a EJA do campo, com a intenção de colaborar com as políticas públicas de EJA, e com os Projetos de Escolarização, haja vista, a importância dos mesmos para a garantia do acesso e permanência dos sujeitos jovens e adultos na escola.

Esta investigação teve início em 2009, a partir de estudos bibliográficos das categorias Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo; reforma agrária; movimentos sociais. Durante o processo de investigação, busquei através de documento conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola do assentamento investigado. Para tanto, foi adotada a abordagem qualitativa do tipo descritiva e explicativa.

Além da pesquisa bibliográfica, também foram realizadas coleta de dados em campo através de entrevistas e conversas informais com os educandos e educadores da Escola de EJA do assentamento investigado, assentados e com o coordenador da associação de moradores deste assentamento. Também foram aplicados questionários abordando: o perfil socioeconômico do aluno de EJA; o nº de alunos matriculados; a frequência escolar; nº de alunos evadidos. Tais procedimentos permitiram visualizar quem são os sujeitos da EJA no assentamento, seu percurso de vida e estudos e as relações sociais existentes. Paralelamente, realizei observações na sala de aula da turma de EJA do I Segmento do ensino fundamental.

Para melhor compreensão da temática abordada, este artigo será dividido em dois momentos. No primeiro, enfoca-se a relação entre a EJA em áreas de reforma agrária e as ações do MST. Em seguida, reporta-se aos dados coletados na pesquisa analisando-se a efetivação dos Projetos de Escolarização no assentamento Bernardo Marin II.

A EJA em áreas de reforma agrária

No Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi constatado um percentual de 13,6% de pessoas acima de 15 anos de idade em situação de analfabetismo. Registraram-se nas zonas rurais nordestinas os piores índices. Os resultados do Censo revelaram que as pessoas residentes em áreas urbanas apresentaram níveis educacionais mais elevados do que as residentes na zona rural. Em 2002 (IBGE) foram apresentados novos dados quanto ao analfabetismo funcional, e mais uma vez o Nordeste lidera a lista com 40,8% da população acima de 15 anos em situação de analfabetismo.

Nas áreas de assentamentos rurais, a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária/ Região Nordeste, realizada em 2005, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2010), encomendada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), indica um índice de até 55% de analfabetos, sendo a situação dos jovens, acima de 18 anos de idade, ainda mais preocupante, visto que 83,7% estavam fora da escola.

Ao analisar os dados quantitativos referentes ao analfabetismo no setor rural, Romanelli (1991, p. 84) entende que “[...] o latifúndio impediu a modernização dos fatores de produção, com isso, a introdução da necessária qualificação mínima que a escola deve dar”, o que contribuiu direta/indiretamente com a elevação não apenas das taxas de analfabetismo, mas também dos baixos índices de escolarização da população que vive no campo. Nesse contexto, Medeiros (2003) destaca o acesso a terra, através da formação dos assentamentos

rurais oriundos da reforma agrária¹, como uma alternativa de superação da falta de emprego no campo, e de sobrevivência e reconhecimento social, incluindo o direito a educação em áreas assentadas.

Ao longo das duas últimas décadas, fruto da intensificação das lutas por terra e crescente organização das entidades representativas dos segmentos de trabalhadores que assumiram a identidade de “sem terra”, surgiram em todo o país assentamentos rurais. A expressão nomeia uma extensa gama de ações governamentais envolvendo atribuição de terras a trabalhadores. Essas terras foram obtidas por diferentes mecanismos: desapropriação por interesse social compra ou mesmo utilização de terras públicas [...] essas intervenções em geral se voltaram para áreas de tensão social e, como tais, também recobriram situações bastante diversificadas: regularização de áreas ocupadas, por vezes há décadas, por posseiros; fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra, na qual viviam como rendeiros, agregados, etc.; destinação de terras a população que, desprovidas desse bem e organizadas pelo MST, pelos sindicatos ou por outras entidades, acampava e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado; preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam havia gerações; realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos etc. (MEDEIROS, 2003)

Contudo, a situação educacional de exclusão social e de falta de políticas públicas para a população assentada tem causado indignação aos movimentos sociais do campo, que ao longo de sua história tem lutado pelo direito a educação numa perspectiva de avanço. Assim, a educação destinada a jovens e adultos que vivem no campo tem sido tema de debates e ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, juntamente com as entidades e organizações que se identificam com esta luta. Nesse sentido, a EJA do campo em áreas assentadas torna-se mais uma conquista do MST, juntamente com a sociedade civil organizada, que durante anos, notadamente a partir das décadas de 1960 a 1980, reivindicavam escolas nas zonas rurais, com conteúdos voltados para as especificidades dos povos do campo.

Assim, a Educação do Campo, em especial a educação destinada a jovens e adultos que vivem no campo, só se tornou tema de debate em 1998, com a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, tendo como principal objetivo ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país. Reaparece então o debate e a mobilização popular por uma Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural.

“Na I Conferência reafirmamos que o campo é espaço de vida e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Também foram denunciados os graves problemas de falta de acesso e de

¹ Reforma agrária é o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade no campo (MEDEIROS, 2003).

baixa qualidade da educação pública destinada a população do campo. Discutimos propostas, socializamos experiências de resistência no campo e de afirmação de um outro projeto de educação. De lá para cá o trabalho continuou através da articulação nacional Por Uma Educação do Campo, que seguiu nas mobilizações nos estados e no debate com a sociedade, levando esta mensagem especialmente para outros movimentos sociais e para as educadoras e educadores do campo” (CALDART ET AL, 2004).

Em 2002, através da luta e participação do MST por uma educação diferenciada, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer n. 36/2001 e Resolução n. 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Tais Diretrizes deixaram claras as especificidades da população que vive e trabalha no campo, adequando assim, os conteúdos curriculares e metodológicos a vida do trabalhar rural (Carvalho, 2006 p.38).

Pesquisas recentes como as realizadas por Arroyo, Caldart, Molina, Leite e Vendramini mostram que ainda são poucas as escolas existentes no campo, e as que têm em sua maioria o currículo é contrário a realidade dos sujeitos.

Para Vendramini (2007), a expansão quantitativa da escola rural, não conseguiu garantir escolaridade mínima fundamental aos povos do campo, persistindo os problemas educacionais como: evasão escolar, repetência e analfabetismo. Segundo a autora, apesar de cerca de 96% dos alunos brasileiros ingressarem no ensino fundamental, muitos são os motivos para que não permaneçam na escola. A mesma destaca como alguns destes motivos, a inexistência de escolas nas zonas rurais e professores pouco capacitados. Em suas pesquisas Vendramini revela que muitas das escolas existentes no campo são distantes das casas dos alunos; algumas classes funcionam no formato multisseriado, o que dificulta o aprendizado do aluno; muitos professores não têm a formação superior; os conteúdos escolares são baseados nas propostas municipais ou estaduais de educação, portanto, distantes da realidade dos sujeitos que vivem no/do campo.

Nesse contexto, os baixos índices de escolarização da população jovem e adulta tem sido uma preocupação constante do MST, estando presente a reivindicação de escolas e de cursos de alfabetização de adultos no interior dos assentamentos rurais.

No Ceará, quase metade dos programas de educação voltados para jovens e adultos assentados, acontecem no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, instituído desde 6 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98 do então Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF).

Assinalado como sendo uma política de governo de educação do campo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que oferece cursos desde a educação

básica a superior, e até mesmo de especialização em diferentes áreas do conhecimento, Carvalho (2006) atesta a possibilidade de o PRONERA tornar-se política pública, diferenciada com participação dos movimentos sociais, uma vez que esse programa se diferencia dos demais programas educacionais pelas parcerias que tem com os movimentos sociais (destaco o MST) e sindicais rurais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Universidades. Assim, o PRONERA atende aos seguintes projetos educacionais:

Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores (as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária;

Formação continuada e escolaridade de professores (as) de áreas da Reforma Agrária (nível médio na modalidade normal ou nível superior por meio de licenciaturas);

Formação profissional conjunta com a escolaridade em nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional) em diferentes áreas do conhecimento voltadas para a promoção do desenvolvimento no campo, como geografia, história, técnico em cooperativas, em agroecologia, entre outros. (CARVALHO, 2006 p. 117)

Através do PRONERA e outras importantes parcerias (Universidade, MST, INCRA) a EJA do campo tem sido efetivada nos assentamentos rurais do Estado do Ceará, proporcionando aos jovens e adultos assentados a oportunidade não apenas de aprender a ler e a escrever o próprio nome, mas de exercer atividades simples do cotidiano como redigir uma ata, elaborar projeto, assinatura de compromissos bancários relativos a crédito, organizar e fazer funcionar as cooperativas ou associações, dentre tantas outras atividades que requer o prévio conhecimento da leitura e escrita.

Os Projetos de Escolarização no assentamento Bernardo Marin II, Russas/CE: destacando ações do MST

Na cidade de Russas, região Jaguaribana do Estado do Ceará, está localizado o Projeto de Assentamento Rural Bernardo Marin II fruto da desapropriação de terras assinalado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgãos federais atualmente responsáveis pela política de reforma agrária do país.

A história de luta e conquista dos trabalhadores rurais sem terra do assentamento Bernardo Marin II, teve início em 25 de abril de 2004 com a ocupação de uma área territorial de 4 mil hectares no município de Russas. Os trabalhadores reivindicavam junto ao poder

público, a redistribuição de terra, uma vez que naquela região as pessoas que viviam no e do campo em sua maioria não tinham terra própria para produzir o sustento da família. Assim, em 2006 o INCRA concedeu a titulação coletiva do uso da terra aos assentados.

Após a posse legal da terra a principal preocupação da liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra responsáveis por essa ocupação, era com o número significativo de assentados adultos que se encontravam em situação de analfabetismo e de jovens que haviam interrompido o processo de escolarização por falta de escolas no campo. Assim sendo, o movimento reivindicou junto ao poder público federal, por intermédio do INCRA, a construção de uma escola no assentamento que fosse destinada a atender as necessidades educacionais dos jovens e adultos assentados.

Em 2007, uma significativa parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Universidade Estadual do Ceará/UECE, Secretaria de Educação do Ceará e o PRONERA, levaram a efetivação de dois importantes projetos educacionais para o assentamento Bernardo Marin II, foram: o Projeto de Escolarização no I Segmento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Áreas de Assentamento do Estado do Ceará e o Projeto “Mais Um Passo na Educação do Campo” Escolarização no II Segmento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Os dados da pesquisa de campo revelaram que todos os educandos da escola de EJA do assentamento Bernardo Marin II, participantes dos Projetos Escolarização, eram trabalhadores rurais, com renda familiar abaixo de um salário mínimo, responsáveis pelo sustento da família, tendo na agricultura familiar e na pecuária sua fonte de subsistência. Os mesmos têm um histórico escolar permeado por idas e vindas à escola, na busca de continuarem com o processo de escolarização, pois, no passado, alguns desses sujeitos deixaram de estudar pela necessidade de ingressarem no mercado de trabalho ou por terem dificuldades de aprendizagem.

Quanto à metodologia de ensino empregada nesses Projetos de Escolarização, destaco que a mesma é diferenciada da metodologia de ensino das escolas da rede municipal de ensino de Russas, pois, os professores (as) trabalham os conteúdos dos livros didáticos de acordo com a realidade dos sujeitos que vivem no/do campo. Ambos os projetos centram-se nos princípios da educação popular, orientando-se por uma perspectiva libertadora. Assim a metodologia, norteadas pela concepção de alfabetização de base freireana, elegeu como estratégia de trabalho o uso de temas geradores, ou seja, o currículo do programa foi desenvolvido a partir e em função dos interesses e do fazer cotidiano dos educandos assentados.

Nas observações registradas na sala de aula do I Segmento, e ainda, segundo os questionários abertos, houve um grande avanço do aprendizado dos alunos com relação à leitura e a escrita. Além disso, os mesmos passaram a se envolverem mais nas questões políticas e sociais do movimento ao qual pertencem (MST), e contaram também com a presença e participação de alunos bolsistas da UECE e do coordenador deste assentamento em algumas atividades realizadas na escola. Contudo, os alunos criticaram o acompanhamento dado na escola do assentamento pelos bolsistas da UECE e pelo coordenador dos projetos, pois, segundo os assentados as visitas foram poucas e não foram tão freqüentes como esperavam.

Os principais desafios apontados pelos professores foram à falta de material didático, seguido do atraso no pagamento da ajuda de custo para o educador, além da falta de estrutura da sala de aula (falta de: cadeira, quadro negro, mesa, armário, dentre outros).

Apesar do atraso ou até mesmo da falta de material didático para se trabalhar em sala de aula, os assentados reconheceram que as apostilhas, cartilhas e até os livros adotados pelo PRONERA eram adequados a sua realidade. A aceitação se deu pelo fato de todo o material didático utilizado, abordar situações reais vivenciadas por eles, além de propor reflexões a cerca da formação do homem enquanto ser social.

O questionário também abordou a importância da EJA para o fortalecimento da luta do MST pela reforma agrária e mostrou que a participação dos educadores e dos educandos foi fundamental para reafirmar a organização e a seriedade com que o MST, articula suas lutas por políticas públicas que garantam o acesso a educação. Além disso, os assentados aprovaram e reconheceram os benefícios que os projetos do PRONERA, trouxeram e a contribuição que o mesmo deu para a articulação dos encontros do movimento.

Neste sentido, os educandos (as) e educadores (as) que permaneceram nos Projetos de Escolarização, conseguiram trabalhar com os temas geradores. Contudo, devido a inexperiência na área e a falta de material didático os educadores sentiram dificuldades de trabalhar e desenvolver os temas geradores.

Com todos os desafios, os alunos que permaneceram na escola até conclusão dos Projetos de Escolarização, apresentaram um bom desempenho tanto dentro como fora da sala de aula. Muitos alunos progrediram com relação aos conteúdos apresentados em sala de aula, principalmente nos que se referem à leitura, escrita e ao domínio das quatro operações matemáticas. Fora da sala de aula, alguns educandos (as) participaram das manifestações realizadas pelo movimento e da organização do próprio assentamento.

Considerações finais

A Educação de Jovens e Adultos que funciona no âmbito da Educação do Campo, através dos Projetos de Escolarização, tem possibilitado a jovens e adultos assentados a oportunidade não apenas de se alfabetizarem ou concluírem o processo de escolarização, mas também de se conscientizarem politicamente do processo que regi a luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por reforma agrária. Na cidade de Russas, Ceará, as ações do MST no assentamento Bernardo Marin II têm fortalecido não apenas a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra com melhor qualidade de vida no campo, mas garantindo maior participação e conscientização política dos mesmos nas ações governamentais.

Apesar do PRONERA, em âmbito nacional, ter contribuído de forma significativa, tanto nos aspectos práticos, como teórico-metodológicos, para o fortalecimento da luta por reforma agrária na perspectiva da Educação do Campo, é necessário um conjunto de políticas públicas para que se repare esta dívida histórica com os povos do campo. A complexidade do processo suscita ainda, dificuldades e desafios, dentre elas, a de estabelecer parcerias no âmbito municipal, a construção coletiva entre os parceiros, a formação dos educadores e o atendimento aos problemas de saúde e de visão dos educandos.

Em meio a tantos desafios, constatou-se que a metodologia empregada nos Projetos de Escolarização I e II Segmentos, embora tenham enfrentado obstáculos infra-estruturais e de gestão governamental, concretizou-se na perspectiva da Educação do Campo, contribuindo para o fortalecimento da organização política e social dos assentados, através dos temas geradores enfocados e, ainda, da mobilização para participação dos educandos, tanto da construção da proposta pedagógica, como em várias ações de luta por uma reforma agrária com qualidade de vida e um desenvolvimento brasileiro sustentável.

Referências

ALMEIDA, Luis Ricardo Ramalho; SOUZA, Maria Aparecida de Paulo. **Educação de Jovens e Adultos: Uma educação necessária?**. Anais do I Fórum Internacional de Pedagogia, Pau dos Ferros/RN, 2008.

ANADÓN, Marta. **A pesquisa dita “qualitativa”**: sua cultura e seus questionamentos. Tradução de Marcelo Ribeiro. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional: “Formação, Pesquisa e Desenvolvimento em Educação”. Senhor do Bonfim, BA, 2005.

ANDRADE, Marcia. R.; DI PIERRO, Maria. C.; MOLINA, Mônica. C.; JESUS, Sonia. M. S. A. In: et. Al (org.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva: uma avaliação do Pronera**. São Paulo: Ação Educativa; Brasileira: PRONERA, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP. www.inep.gov.br. Acesso em 10 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Elaboração de Políticas e Estratégias para a prevenção do fracasso escolar**- Documento Regional do Brasil: fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção do fracasso escolar. DOURADO, Luiz Fernando. Brasília, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Texto apresentado no Seminário Estadual da Educação do Campo promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná de 9 a 11 de março de 2004.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Educação do Campo: PRONERA**, uma política pública em construção. 2006, 226 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. 2006.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos do Brasil do Período de 1985/1999**. 2002. Tese (Doutorando em Educação) –*stricto sensu* em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

FERNANDES, B. M. ; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. **Educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Editora da UNB, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Políticas públicas de EJA no campo**: do direito na forma da lei à realização precária e descontinuidade. 2009. Disponível em http://www.utp.br/Cadernos de Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/5_politicas_publicas_cp8.pdf. Acesso 28 de junho de 2012.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. BRASIL. Ministério da Educação/UNESCO. Texto apresentado na XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1375&id_pagina=1. Acesso em 10 de julho de 2012.

LEITE, Sérgio et al (Coord.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre, RJ: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. BRASIL. Ministério da Educação/UNESCO. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1999.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

ROCHA, Wellington Moreira da. **Educação de Jovens e Adultos e a evasão escolar**: o caso do Instituto Federal do Ceará campus de fortaleza. 2011, 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação do Brasil (1930/1973)**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução á pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e Trabalho**: reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a02v2772.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2012.

VENDRAMINI, Célia Regina. Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamento do MST. Rio Grande do Sul: Unijui, 2000.